

SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.

Nos últimos vinte anos fala-se com mais intensidade da “crise energética”, em sua dupla vertente:

1. O esgotamento dos combustíveis fósseis.
2. Os efeitos da combustão destes recursos sobre a atmosfera do planeta, da mudança climática, do “efeito estufa”.

Se há pouco tempo ainda havia alguma dúvida sobre o aquecimento do planeta em razão do uso massivo dos combustíveis fósseis, atualmente ninguém coloca em dúvida tal fato, já que o degelo de glaciares e calotas polares, furacões, chuvas torrenciais, secas, etc, são alguns dos exemplos inquestionáveis desta realidade.

Entretanto, em relação à duração dos combustíveis fósseis, ainda existem dúvidas sobre os recursos disponíveis e a sua consequente duração.

A ausência de “novas soluções” energéticas a curto e médio prazo, a próxima aparição de signos de escassez nos combustíveis derivados do petróleo, a dependência energética do mundo desenvolvido em relação aos países produtores onde cresce o nível de “conflitividade”, a aparição de tensões políticas derivadas do controle das reservas disponíveis, os crescentes desequilíbrios nos níveis de desenvolvimento, o perigoso aumento da contaminação, tanto atmosférica como marinha e terrestre, conformam o panorama atual.

As consequências destas expectativas são muitas e de diferente índole, entre outras: a necessidade de racionalizar ao máximo a obtenção e uso da energia, bem como de fomentar a economia energética; a

diversificação das fontes energéticas, tanto por sua natureza (menor dependência do petróleo) como por sua procedência (situação geográfica dos países produtores); a necessidade de uma drástica diminuição dos efeitos contaminantes que estão afetando o equilíbrio do ecossistema; a intensificação do uso das energias renováveis e a necessidade de “ajustar” os custos da energia.

Pelo que, no ano de 2010 a Comissão Europeia sentiu a necessidade de criar uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e integrador - “Europa 2020”, no qual se determina que “para alcançar um futuro sustentável, devemos ver além do curto prazo. Europa necessita voltar a encontrar o rumo e mantê-lo”.

É necessário que Europa se incline para um crescimento sustentável, ou dito de outra maneira, construa uma economia que aproveite os recursos com eficácia, que seja sustentável, mais verde e competitiva.

Sem dúvidas, este enfoque ajudará a UE a prosperar em um mundo com poucas emissões de carbono e recursos limitados, e ao mesmo tempo, impedirá a degradação do meio ambiente, a perda da biodiversidade e um uso não sustentável dos recursos.

A luta relacionada à mudança climática, passa por reduzir as emissões de forma significativa e com maior rapidez do que fizemos nos últimos dez anos e explorar de forma plena o potencial de novas tecnologias, já que melhorar a eficácia no uso dos recursos ajudaria de forma perceptível a limitar as emissões, economizar dinheiro e impulsionar o crescimento econômico.

Consequentemente, todos os setores da economia, e não apenas os que produzem muitas das emissões serão beneficiados.

Definitivamente, uma adequada política energética, na medida que a energia é o suporte de todas as atividades humanas, permitirá aos arquipélagos da Macaronésia, impulsionar os setores produtivos básicos (de forma particular, um novo impulso à agricultura, pecuária e

piscicultura facilitando uma importante redução do custo da cesta de compra), melhorar a competitividade do setor turístico frente aos competidores, criar emprego de alta qualificação em todos os setores, diminuindo a pressão migratória de mão-de-obra pouca qualificada (que agora mesmo se demanda em setores pouco desenvolvidos).

Ainda assim, a escassez de água nos arquipélagos macaronésicos, é uma constante e um problema particularmente importante, se levarmos em consideração seus diferentes usos (agrícola, industrial e humano) e as custosas técnicas de obtenção, o que eleva o preço d'água bastante acima da média européia, já que são necessárias grandes medidas de manutenção e gestão das redes de abastecimento e distribuição.

Os territórios da Macaronésia, Madeira, Açores, Cabo Verde e Canárias, possuem nexos comuns:

1. A ultraperiferia
2. A insularidade
3. Características ambientais: escassez de recursos naturais de importância estratégica, elevada dependência dos combustíveis fósseis, etc),

elementos determinantes que, em grande medida, condicionam nossa situação atual e nosso horizonte mais próximo. E sem nenhuma dúvida, um dos nossos mais importantes ativos é o valor ecológico e o grau de conservação de nossos diferentes entornos naturais e ecossistemas, os quais exigem a planificação de uma política de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

Levando em consideração, que o território é um fator de competitividade dos modelos regionais de desenvolvimento econômico, que os recursos naturais constituem a base da experiência turística, bem como um importante suporte de afirmação da identidade local e da cadeia de valor de nossas economias, a chamada economia azul alcança uma particular dimensão. De fato, todos os arquipélagos da Macaronésia, não possuem apenas um rico patrimônio natural, mas também dispõe de recursos

culturais, históricos e artísticos de grande valor. Sem dúvida, a degradação, o abandono e a perda de biodiversidade destes espaços poderia obstaculizar nossas possibilidades de desenvolvimento regional. Portanto, valorizar estes recursos é uma condição necessária para impulsionar a diversificação de nossa oferta.

De acordo com o anterior, proteger e preservar o importante patrimônio natural existente, por seu valor paisagístico, é um fator fundamental para a competitividade do conjunto do Espaço de Cooperação, especialmente em matéria de desenvolvimento turístico.

O desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são componentes de desenvolvimento sustentável interdependentes e que mutuamente se fortalecem, portanto constituem o marco dos esforços que se devem encaminhar para alcançar uma melhor qualidade de vida mediante uma gestão sustentável da utilização dos recursos, da emissão de contaminantes ou da geração de resíduos.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Promover a produção e utilização eficientes das energias renováveis.
2. Promover ações de cooperação para fomentar o uso racional e a eficiência dos recursos energéticos: diversificação energética e melhora do rendimento das energias renováveis.
3. Proteger a qualidade dos recursos hídricos das zonas litorâneas (dessalinização, depuração, saneamento, emissários submarinos).
4. Desenvolver estratégias de valorização e proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, fundamentalmente dos recursos marinhos.
5. Promover intervenções de melhora da qualidade ambiental do litoral.
6. Aumentar o nível de proteção e melhorar a gestão de zonas costeiras (faixas litorâneas) e recursos marinhos.

- 7.** Melhorar a eficiência da gestão dos recursos naturais, fundamentalmente daqueles relacionados com os recursos hídricos e com a energia.
- 8.** Aprofundar-se no desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade dos resíduos, no que diz respeito à sua gestão, valorização e impacto sobre o território, mediante ações de inovação e de conscientização entre a população.
- 9.** Levar a cabo planos de gestão sustentável de espaços naturais e de áreas marinhas protegidas.
- 10.** Posta em valor dos ativos naturais, promovendo a geração de novos produtos/serviços complementares, relacionados com o turismo sustentável e com o ecoturismo.
- 11.** Proteção do patrimônio natural através de sua posta em valor e melhora no planejamento para a otimização do uso público do patrimônio de grande valor natural.
- 12.** Ações de promoção, proteção e valorização das diversas vertentes do patrimônio histórico-cultural.
- 13.** Ações para a melhora da qualidade das águas para banhar-se e recreativas, bem como o acondicionamento da faixa litorânea visando melhorar seu atrativo turístico sustentável.
- 14.** Ações para promover a melhoria do conhecimento, valorização e gestão da biodiversidade e dos ecossistemas.
- 15.** Ações que contribuam para a melhoria do conhecimento público em matéria de biodiversidade e dos espaços públicos protegidos, incluindo a sensibilização da população.